

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO - EXERCÍCIO 2014

MENSAGEM DA DIRETORIA

A Companhia Docas do Espírito Santo (CODESA) apresentou em 2014 lucro líquido de R\$ 15,20 milhões de reais. O resultado é o melhor já registrado pela Companhia, assim como a receita operacional, que foi de R\$ 130,44 milhões no ano.

A quantidade de cargas movimentadas nos terminais sob jurisdição da CODESA foi de 31,81 milhões de toneladas, número 10,19% superior ao registrado no ano anterior. E os terminais públicos se destacaram por registrar o maior aumento na movimentação de cargas: em 2014, foram 3,26 milhões de toneladas, aumento de 26,56% em relação a 2013.

O desempenho da Companhia que será apresentado nas próximas páginas ilustra nosso compromisso com o aperfeiçoamento contínuo do negócio, pautado em diferentes ações e projetos que vêm sendo implantados nos últimos anos.

Em 2014, demos prosseguimento a esses trabalhos e diversos investimentos foram feitos em melhorias organizacionais e infraestrutura, em linha com o desafio de atuar com eficiência e baixos custos diante da concorrência.

Pensado em alcançar patamares de desempenho mais elevados, definimos a estratégia de atuação da CODESA com a implantação do Plano Estratégico 2014-2029. E além de estabelecer os objetivos e valores corporativos, iniciamos um processo de gerenciamento visando a integração entre o planejamento e a ação em todos os níveis administrativos.

Revisamos o Regulamento de Exploração do Porto (REP) e iniciamos os trabalhos de revisão do Plano de Desenvolvimento e Zoneamento Portuário, numa clara preocupação em atuar em consonância com os preceitos de modernidade e eficiência do setor portuário.

Retomamos as operações de ferro gusa no berço 905, beneficiando os produtores com mais uma janela de exportação num momento otimista em relação à demanda internacional do produto.

Concluímos importantes melhorias de infraestrutura com as reformas de Capuaba e iniciamos as obras de substituição dos Dolphins do Atalaia por uma estrutura de cais corrido, empreendimentos que contribuirão para o aumento da produtividade e da segurança nas operações no Porto de Vitória. Demos continuidade às obras de dragagem de aprofundamento e de derrocagem no Porto de Vitória e iniciamos o projeto de dragagem de aprofundamento que é parte do plano de expansão do Porto de Barra do Riacho.

A consolidação desses projetos, aliada a outras ações estruturantes em andamento possibilitarão benefícios ainda

maiores em relação à implantação de um novo modelo de gestão, com foco nos resultados.

A compreensão do público externo sobre os avanços que vêm sendo obtidos é mostrada na evolução do Porto de Vitória no ranking de desempenho ILOS. Em 2007, o Porto era apontado como o segundo pior do conjunto avaliado, enquanto em 2014 passamos a ocupar a 5ª posição, à frente de portos considerados referência para o setor.

No quesito sustentabilidade, o Índice de Desempenho Ambiental da CODESA, nota definida em avaliação realizada pela ANTAQ com base em um conjunto de critérios de meio ambiente e segurança do trabalho, passou de 37,46 para 43,69, em dois anos, reforçando nossa percepção de que estamos no caminho certo.

Todas essas conquistas só foram possíveis pela competência e dedicação de nossos colaboradores e credibilidade de nossos clientes e parceiros, o que também nos permite enxergar que há espaço para crescer ainda mais, consolidando-nos como uma referência em negócios e oportunidades.

Diretoria Executiva.

1. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Por mais um ano, a CODESA registrou resultado econômico-financeiro positivo: R\$ 15,20 milhões.

A Receita Bruta, obtida com as operações portuárias, totalizou R\$ 130,44 milhões, enquanto a Receita Líquida foi de R\$ 115,84 milhões.

Os Custos dos Serviços Prestados apresentaram um acréscimo de 11,71% em 2014 e somaram 51,64 milhões. O aumento é resultante do crescimento de 9,77% do item Custo com Pessoal, que corresponde a maior parte do Custo dos Serviços Prestados. As Despesas Administrativas, por sua vez, registraram crescimento de 16,5% em 2014, totalizando R\$ 49,29 milhões. Destaca também para o crescimento do item de Pessoal e Despesas assistenciais.

Com o aumento Receitas acima do crescimento dos Custos dos Serviços Prestados e das Despesas Administrativas, o resultado operacional registrou um acréscimo de 69,11% e totalizou 24,82 milhões em 2014. Importante ressaltar o crescimento significativo das Receitas Financeiras Líquidas de 537,71% no ano de 2014.

O EBITDA (Lucro antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização), item que indica a capacidade da CODESA em gerar caixa, totalizou R\$ 24,27 milhões em 2014. O expressivo resultado do EBITDA demonstra que a Companhia tem totais condições de honrar os compromissos de curto prazo e acumular reservas financeiras.

O quadro seguinte apresenta a evolução do desempenho econômico-financeiro da CODESA ao longo dos últimos cinco anos.

Demonstrações de Resultado da CODESA (2010-2014)							
	2010	2011	2012	2013	2014	Variação 2010-2014	Variação 2013-2014
Receita Bruta	86.196.381	116.028.180	108.881.790	110.768.365	130.443.179	51,33%	17,76%
(-) Deduções	(11.099.878)	(14.326.020)	(10.819.210)	(11.775.243)	(14.605.318)	31,58%	24,03%
Receita Líquida	75.096.503	101.702.160	98.062.581	98.993.122	115.837.861	54,25%	17,02%
(-) C.P.V	(25.386.380)	(26.963.109)	(40.901.694)	(46.231.851)	(51.644.325)	103,43%	11,71%
Resultado Operacional Bruto	49.710.123	74.739.051	57.160.886	52.761.271	64.193.536	29,14%	21,67%
(-) Despesas Administrativas	(44.187.445)	(57.590.156)	(47.371.617)	(42.308.140)	(49.287.966)	11,54%	16,50%
(-) Despesas Tributárias	(1.142.369)	(753.106)	(949.017)	(802.377)	(899.793)	-21,23%	12,14%
(+/-) Receitas Financeiras Líquidas	223.501	2.317.940	5.496.919	1.047.317	6.678.888	2888,30%	537,71%
(-) Despesas com Provisões Op.	-	(58.587.801)	(2.995)	-	-	-	-
(+/-) Outras Rec/Disp Operacionais	2.706.869	23.616.915	5.125.544	3.981.401	4.139.359	52,92%	3,97%
Resultado Operacional	7.310.680	(16.257.157)	19.459.721	14.679.472	24.824.024	239,56%	69,11%
(+/-) Variação Monetária At./Pas.	(4.330.676)	(4.803.097)	(6.763.019)	(5.416.925)	(5.852.722)	35,15%	8,05%
(+/-) Rec./Disp. Não Oper.	(24.264)	-	-	-	-	-100,00%	-
Lucro Líq. Antes IR/CS	2.955.739	(21.060.254)	12.696.702	9.262.548	18.971.302	541,85%	104,82%
(-) Imposto de Renda e CSLL	-	(3.759.038)	(3.943.762)	(2.419.863)	(3.774.228)	-	55,97%
Lucro ou Prejuízo	2.955.739	(24.819.292)	8.752.941	6.842.685	15.197.074	414,15%	122,09%
EBTIDA	12.032.566	23.635.013	16.196.593	18.241.839	24.267.896	101,69%	33,03%

Fonte: Coordenação Contábil

2. DESEMPENHO OPERACIONAL

Em 2014, os terminais portuários sob jurisdição da CODESA registraram movimentação de cerca 31,86 milhões de toneladas de mercadorias, aumento de 10,19% em relação a 2013.

O Porto de Vitória superou a marca de 7,14 milhões de toneladas de mercadorias diversas movimentadas, crescimento de 18,93% sobre a movimentação de carga do ano anterior e melhor resultado desde 2011. Desse total 3,26 milhões de toneladas foram movimentadas pelos terminais administrados pela CODESA e 3,87 milhões pelos terminais arrendados e CPVV.

O incremento anual no total de cargas movimentadas pelos terminais CODESA foi de 26,56% ante 13,19% de

aumento nos terminais arrendados e CPVV e 7,90% nos terminais privativos. Destaca-se também o resultado da CODESA em relação aos demais nos últimos cinco anos: aumento de 35,83% na movimentação de cargas, desempenho melhor que o verificado nos terminais arrendados (-6,33%) e nos privativos (-7,31%).

Entre os terminais CODESA, cabe ressaltar a retomada da movimentação de Ferro Gusa no Cais de Paul, berço 905, que registrou movimentação bem superior à movimentação de anos anteriores.

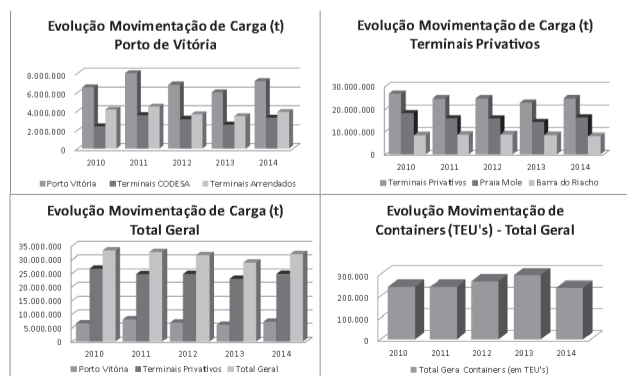
A seguir são apresentados quadro evolutivo da movimentação de carga no Porto de Vitória e nos Terminais Privativos nos últimos cinco anos, e os gráficos consolidando as informações.

Demonstrativo Operacional - Movimentação de Cargas (t)							
Terminal/Cais	2010	2011	2012	2013	2014	Variação 2014-2010	Variação 2014-2013
Porto Vitória	6.541.646	7.998.175	6.801.459	6.004.118	7.140.705	9,16%	18,93%
Terminais CODESA	2.403.294	3.532.834	3.166.031	2.579.335	3.264.288	35,83%	26,56%
Cais Comercial	446.170	708.007	361.462	330.759	443.652	-0,56%	34,13%
Cais Capuaba	1.948.018	2.510.693	2.796.929	2.221.546	2.391.850	22,78%	7,67%
Cais Paul-Gusa	9.106	314.135	7.640	27.030	428.787	4608,84%	1486,32%
Terminais Arrendados/CPVV	4.138.352	4.465.340	3.635.427	3.424.783	3.876.416	-6,33%	13,19%
Terminal Vila Velha - TVV	2.910.128	3.090.648	2.772.586	2.651.081	2.914.874	0,16%	9,95%
Terminal Peiú	686.982	850.949	328.034	271.046	300.106	-56,32%	10,72%
Terminal Ilha do Príncipe - Flexibrás	52.215	63.748	42.136	44.702	47.094	-9,81%	5,35%
Cia. Portuária de Vila Velha - CPVV*	489.027	459.996	492.670	457.954	614.342	25,63%	34,15%
Terminais Privativos	26.670.881	24.637.409	24.660.161	22.909.596	24.720.205	-7,31%	7,90%
Praia Mole	18.182.822	15.881.132	15.808.079	14.231.019	16.266.402	-10,54%	14,30%
Barra do Riacho	8.488.059	8.756.277	8.852.082	8.584.657	8.116.981	-4,37%	-5,45%
Barra do Riacho - Portocel	5.765.508	5.870.424	5.762.638	6.783.362	6.035.716	4,69%	-11,02%
Barra do Riacho - Barcaças	2.722.551	2.885.853	3.089.443	1.801.295	2.081.265	-23,55%	15,54%
TABR - Petrobras - Barra do Riacho**	-	-	-	93.920	336.822	-	258,63%
Total Geral	33.212.527	32.635.584	31.461.619	28.913.714	31.860.910	-4,07%	10,19%
Total Geral Contêineres (em TEU's)	243.792	280.260	268.934	296.296	238.926	-2,00%	-19,36%

* Terminal Privativo dentro da área do Porto Organizado

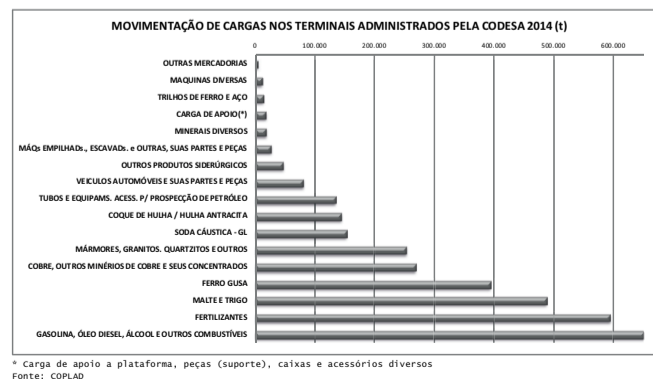
** Iniciou operação em 2013

Fonte: Codesa Online.



Fonte: COPLAD

As principais cargas movimentadas no Porto de Vitória em 2014 foram gasolina, óleo diesel, álcool e outros combustíveis, fertilizantes, malte e trigo, ferro gusa, cobre e seus concentrados e mármore e granitos. O gráfico abaixo ilustra as cargas movimentadas, ordenadas segundo a quantidade total.



* carga de apoio a plataforma, peças (suporte), caixas e acessórios diversos
Fonte: COPLAD

O Porto de Vitória registrou 4.015 atracções em 2014. Como ocorrido em 2013, verificou-se participação expressiva do segmento de embarcações de apoio às plataformas de petróleo offshore nesse total: 71,35% dos registros. Nos Terminais Privativos 1.631 embarcações atracaram no ano.

Os quadros seguintes apresentam a evolução dos principais indicadores operacionais do Porto de Vitória e dos Terminais Privativos.

Demonstrativo Operacional - Taxa Média de Ocupação Berço					
Berço	2012	2013	2014	Varição 2014-2012	Varição 2014-2013
Porto Vitória					
Terminais CODESA					
<i>Capuaba</i>					
Capuaba 201	79,34%	64,37%	60,66%	-23,54%	-5,76%
Capuaba 202	76,99%	71,39%	58,95%	-23,43%	-17,43%
Capuaba 207	46,29%	48,05%	52,87%	14,21%	10,03%
<i>Terminal Paul</i>					
Paul 905	29,64%	59,78%	58,75%	98,21%	-1,72%
<i>Terminal São Torquato</i>					
São Torquato 902	-	-	9,55%	-	-
Vitória					
Cais Comercial 101	1,97%	54,71%	53,74%	2627,92%	-1,77%
Cais Comercial 102	46,70%	57,67%	63,06%	35,03%	9,35%
Cais Comercial 103	89,76%	45,32%	62,68%	-30,17%	38,31%
Cais Comercial 104*	-	-	-	-	-
Terminais Arrendados					
<i>Terminal Ilha do Príncipe - Flexibrás</i>					
Flexibrás 906	57,34%	62,80%	56,07%	-2,21%	-10,72%
<i>Terminal Peiú</i>					
Peiú 206	90,97%	89,60%	60,33%	-33,68%	-32,67%
<i>Terminal TVV</i>					
TVV 203	39,80%	57,00%	53,60%	34,67%	-5,96%
TVV 204	60,00%	54,03%	63,86%	6,43%	18,19%

* Berço disponibilizado para apoio a operações offshore.

Fontes: CODESA Online

Elaboração: CODESA/COPLAD

Demonstrativo Operacional - Nº Atracções							
Terminal	2010	2011	2012	2013	2014	Varição 2014-2010	Varição 2014-2013
Porto Vitória	3.932	3.791	3.886	3.945	4.015	2,11%	1,77%
Terminais CODESA	1.111	1.075	956	1.043	1.109	-0,18%	6,33%
Terminais Arrendados/CPVV	2.821	2.716	2.930	2.902	2.906	3,01%	0,14%
Terminais Privativos	1.378	1.373	1.424	1.270	1.631	18,36%	28,43%
Praia Mole	561	533	575	481	484	-13,73%	0,62%
Barra do Riacho	817	840	849	755	1.044	27,78%	38,28%
TABR - Petrobras - Barra do Riacho*	-	-	-	34	103	-	202,94%
Total Geral	5.310	5.164	5.310	5.215	5.646	6,33%	8,26%

* Iniciou operação em 2013

Fonte: CODESA Online.

Demonstrativo Operacional - Tempo Médio de Espera de Navios (h)							
Terminal	2010	2011	2012	2013	2014	Varição 2014-2010	Varição 2014-2013
Porto Vitória	10,42	14,12	23,84	14,19	13,83	32,73%	-2,50%
Terminais CODESA	20,66	46,72	63,22	27,80	39,37	90,56%	41,62%
Terminais Arrendados/CPVV	2,45	17,88	39,72	4,23	17,07	596,73%	303,16%
Terminais Privativos	4,87	9,52	-	-	28,00	474,95%	-
Terminal Vila Velha - TVV	16,01	17,52	20,85	20,22	22,70	41,79%	12,27%
Terminal Peiú	31,98	23,20	15,15	23,90	10,48	-67,23%	-56,15%
Terminal Ilha do Príncipe - Flexibrás	9,01	8,52	6,76	7,18	8,60	-4,55%	19,76%
Cia. Portuária de Vila Velha - CPVV	16,89	78,68	34,04	35,24	31,75	87,98%	-9,91%
Terminal de Bento Ferreira (Zemax)**	-	3,79	7,48	8,65	2,08	-	-75,95%

* Iniciou operação em 2013

** Iniciou operação em 2011

Fonte: CODESA Online.

3. INVESTIMENTOS

Os investimentos realizados no Porto de Vitória ao longo de 2014 totalizaram R\$ 48,51 milhões - R\$ 4,67 milhões com recursos próprios e R\$ 43,84 milhões com recursos da União. O quadro abaixo apresenta o detalhamento da execução dos investimentos, em comparação ao ano de 2013:

Investimentos - Execução Orçamentária			
Rubricas	Valores Executados		Variação 2013-2014 (%)
	2013	2014	
Investimentos	74.102.710	48.514.187	-34,53%
RECURSOS PRÓPRIOS	449.617	4.671.970	939,10%
Manutenção e Adeq. de Ativos Informática	12.165	455.756	3646,45%
Manutenção e Adequação de Bens Imóveis	280.785	494.187	76,00%
Manutenção e Adeq. Bens Mov. Veic. Equip'ts	156.667	57.520	-63,29%
Adequação Instalações de Circulação Porto Vitória	-	3.664.507	-
RECURSOS DA UNIÃO	73.653.093	43.842.217	-40,47%
Adequação Inst. Gerais e Suprtº Porto Vitória	1.042.064	530.387	-49,10%
Readequação do pátio de estocagem p/ carga pesada C. Comerc.	-	36.261	-
Construção Cais Região Dolphins do Atalaia	3.028.464	20.347.943	571,89%
Adequação Instalações Circulação P.Vitória	20.616.998	10.664.526	-48,27%
Obras Contenção e Ampliação Cais P.Vitória	44.139.350	11.755.776	-73,37%
Estudos e Projetos Infraestrutura Portuária	28.250	432.224	1430,00%
Implantação Proj. de Conf. Gerenciamento Res. Sólidos	0	75.100	-
Estudos e Proj. p/ Implantação do Porto Águas Profundas	4.797.967	0	-

Fonte: Relatório Gerencial Conselho de Administração

Elaboração: Coordenação de Gestão Empresarial

Entre os principais investimentos destacam-se as **Adequações nas Instalações de Circulação do Porto de Vitória** e a **Construção do Cais contínuo nos Dolphins do Atalaia**.

As **Adequações nas Instalações de Circulação do Porto de Vitória** englobam obras de melhorias na infraestrutura de Capuaba, que apresentaram grande avanço em 2014, com a conclusão da pera ferroviária, do reforço no viaduto e das reformas na pavimentação. A realização das melhorias permite a oferta de logística diferenciada na movimentação de cargas, além de contribuir para o incremento da produtividade e da segurança nas operações portuárias.

Os serviços referentes à **Construção do Cais contínuo nos Dolphins do Atalaia** foram iniciados em 2014. O novo berço permitirá a atracação de navios de maior porte e a movimentação de qualquer tipo de carga, o que contribui para a maior capacidade de movimentação de carga do Porto.

4. RECURSOS HUMANOS

Diversas **ações de capacitação** foram realizadas, por meio de treinamentos, cursos, palestras, workshops e do incentivo à participação em eventos externos.

Em 2014, foram **realizadas 13.937 horas de treinamento**, o que resultou na média de **41,23 horas de treinamento por empregado**, número bem superior à meta prevista de 16,31 horas para cada colaborador.

E pensando no contínuo aprimoramento dessas ações, foi criado o **Comitê de Capacitação**, grupo responsável pela estruturação do **Plano de Capacitação Anual**, analisando e propondo cursos e treinamentos alinhados aos objetivos estratégicos da Companhia.

Em fevereiro, entrou em vigor a **Norma de Incentivo Educacional**, que ampliou a abrangência do auxílio educação concedido aos colaboradores com a participação da CODESA no **custeio de despesas educacionais de dependentes** na faixa etária de 07 a 15 anos.

É importante destacar também o contínuo trabalho de orientação para a **qualidade de vida dos colaboradores e de seus familiares**. Por meio de eventos, os trabalhadores receberam informações sobre prevenção de doenças e hábitos saudáveis, além de poderem consultar profissionais da área de saúde.

Ainda na área de pessoas, dois importantes projetos foram implantados: O novo **Plano de Cargos Carreiras e Salários (PCCS)** e o **Programa de Participação nos Lucros ou Resultados dos empregados (PLR)**. O PCCS trouxe uma estrutura composta por apenas dois cargos, técnico portuário e analista portuário, e apresenta nova tabela de salários e normas e procedimentos de enquadramento. O PLR prevê a recompensa do esforço dos colaboradores no alcance dos objetivos estratégicos da Companhia, a partir do momento em que for autorizada a distribuição dos resultados.

5. MEIO AMBIENTE, SAÚDE E SEGURANÇA

As **campanhas educativas** nas áreas de Meio Ambiente, Saúde e Segurança tiveram destaque ao longo de 2014. Ações tiveram como público os operadores portuários, funcionários da Companhia e demais envolvidos na operação portuária, com o objetivo de contribuir para o processo de conscientização sobre os temas no contexto das atividades portuárias.

A CODESA iniciou 2ª etapa do **Programa de Conformidade do Gerenciamento de Resíduos Sólidos, Efluentes Líquidos e Fauna Sinantrópica no Porto de Vitória**, desenvolvido pela SEP e executado pelo Instituto Virtual Internacional de Mudanças Climáticas (IVIG/COPPE/UFRJ) em parceria com universidades nacionais, com a elaboração de projeto conforme Manual de Boas Práticas Portuárias.

Entre 2012 e 2014, a avaliação da CODESA pelo **Índice de Desempenho Ambiental** da ANTAQ, indicador de verificação das conformidades ambientais portuárias, **passou de 37,46 para 43,69**.

6. IMAGEM E RELACIONAMENTO CORPORATIVO

Em 2014, o ranking dos Portos Brasileiros divulgado pelo Instituto de Logística e Supply Chain (ILOS) apontou que o Porto de Vitória ocupa a **5ª posição**. A classificação leva em conta o **desempenho portuário**, avaliado por meio de pesquisa de opinião realizada em 169 companhias de 18 setores da economia brasileira.

Consolidando relações institucionais, a CODESA apoiou e participou de diversas iniciativas em conjunto com outras organizações. Foi o caso da **Assinatura do Acordo de Cooperação Técnica entre a SEP/PR e Centro de Treinamento Portuário de Antuérpia (APEC)**. O Convênio entre as instituições vai garantir a criação do primeiro Centro de Capacitação dos Gestores e dos Trabalhadores Portuários no Brasil, que será estruturado nas instalações do IFES Cariacica para funcionar como unidade da APEC no Brasil.

Cabe destacar também a presença da Companhia na realização de eventos para o desenvolvimento do setor portuário. Foi o caso do **1º Seminário Política Nacional de Formação do Trabalhador Portuário**, evento para treinamento de profissionais, e do **III Seminário Logística é a Solução**, que teve como objetivo debater os principais desafios logísticos do Espírito Santo.

No âmbito do **relacionamento com a sociedade**, a CODESA recebeu, em 2014, **2016 visitantes no Programa da Cidade ao Porto**. A ação, que foi implantada em 2013, tem como objetivo conscientizar a população sobre a importância do Porto e sua grande contribuição para o desenvolvimento do Município, da região e do País.

7. FATOS RELEVANTES

7.1. Planejamento Estratégico 2014-2029

A CODESA concluiu a implantação do seu Plano Estratégico, com o estabelecimento de diretrizes, medidas, projetos e ações para um horizonte temporal de 15 anos (2014-2029).

A implantação do Plano demonstra a preocupação da Companhia com o desenvolvimento sustentável do seu negócio, em linha com a política do Governo Federal e com os planos para o desenvolvimento regional.

7.2. Reativação do Berço 905

Localizado em Capuaba, o berço 905 voltou a operar com ferro-gusa no início de 2014.

A carga é movimentada com equipamento automatizado e pesagem eletrônica e o carregamento dos navios é feito por correias que transportam o granel. A reativação do berço retoma uma alternativa de escoamento da carga para pequenas e médias empresas capixabas e mineiras.

7.3. Expedição de mercadoria via ferroviária

Ainda no ano de 2014, a realização de melhorias na infraestrutura de Capuaba, incluindo a construção da pera ferroviária, permitiu a retomada das operações de carga e descarga de mercadorias com utilização do modal ferroviário.

Com a possibilidade de acessar o Porto também por ferrovia, apresenta-se uma alternativa de transporte mais econômica, sem reflexos sobre o fluxo de veículos nas rodovias e com menor impacto sobre o meio ambiente.

7.4. Regulamento de Exploração dos Portos

O novo Regulamento de Exploração do Porto de Vitória foi publicado no Diário Oficial da União em 24 de novembro de 2014.

O regulamento tem por objetivo normatizar procedimentos relativos às operações portuárias nas áreas do Porto Organizado, considerando o que dispõe a Lei 12.815/2013 e as normas operacionais da CODESA.

7.5. Obras de dragagem de aprofundamento e derrocagem

As obras de aprofundamento do canal de acesso, da bacia de evolução e dos berços do Porto de Vitória continuaram sendo executadas. Até 2014, foi derrocado um volume de 103.600 m³ de rochas e dragado um volume de 1.200.000m³ de sedimentos, o que representa 89% e 67% do volume previsto, respectivamente.

Os serviços de dragagem de aprofundamento também estão previsto para Barra do Riacho. O projeto, em fase de elaboração, se enquadra no plano de expansão do Porto de Barra do Riacho e tem como objetivo viabilizar a instalação de terminais portuários nas áreas remanescentes.

7.6. VTMIS

Em agosto de 2014 foi assinada a ordem de serviços para a implantação do Sistema de Gerenciamento e Informação do Tráfego de Embarcações (VTMIS) do Porto de Vitória. Os serviços compreendem o desenvolvimento do projeto executivo, a realização das obras, a instalação dos equipamentos e o treinamento de funcionários e estão previstos para serem realizados num prazo de 38 meses.

O VTMIS tem como objetivo melhorar o controle do tráfego aquaviário. Com isso, é possível vislumbrar ganhos de eficiência na movimentação de cargas e na segurança portuária.

7.7. Plano de Negócios e PDZP

Em setembro de 2014, a CODESA e a Fundação de Ensino e Engenharia de Santa Catarina (FEESC) assinaram contrato de serviço com dois objetivos: elaboração de um plano de negócios para desenvolvimento do porto, e revisão do Plano de Desenvolvimento e Zoneamento Portuário (PDZP) do Porto de Vitória e do Porto de Barra de Riacho.

O Plano de Negócios abrange mapeamento administrativo, financeiro e organizacional da Companhia e o diagnóstico por área de atuação interna da Companhia. O PDZP engloba projeções de investimentos e desenvolvimento sustentável do cenário portuário regional.

7.8. AALP

A CODESA iniciou os estudos para a implantação da Área de Apoio Logístico Portuário (AALP). O projeto, que está sendo desenvolvido em conjunto com a Universidade Federal de Santa Catarina com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), foi discutido pela CONAPORTOS local, que propôs ações para a melhoria da segurança no tráfego de caminhões no acesso ao Cais de Capuaba.

O conceito de AALP está relacionado à organização do fluxo de cargas destinadas ou provenientes do Porto de Vitória, racionalizando o uso dos acessos portuários, e engloba infraestruturas de pátios de estacionamento de caminhões, áreas armazenagem e serviços como bancos, hotéis e lanchonetes.

7.9. Revitalização do Cais Comercial de Vitória

Foi dada a Ordem de Início de Serviços para os estudos e projetos para a Revitalização do Cais Comercial de Vitória.

Além de melhorias na área de movimentação de cargas, os serviços contemplarão a construção de pátio de estocagem, a fim de suportar o aumento da capacidade de movimentação de cargas resultante da ampliação dos berços 101 e 102, obra concluída em 2013, e conferir ao Porto mais competitividade.

Também está prevista no projeto a construção da nova sede administrativa da CODESA, empreendimento que possibilitará reunir em um único prédio todos os setores da estrutura organizacional da Companhia.

7.10. Melhorias no acesso ao Porto de Vitória

O Governo do Estado e a Prefeitura de Vitória assinaram a ordem de início dos serviços das obras do Complexo Viário do Portal do Príncipe, no Centro de Vitória.

O projeto prevê a construção de um viaduto na entrada principal do Cais Comercial, que permitirá que as atividades portuárias ocorram de forma ininterrupta e sem impactar no trânsito da cidade.

Agradecimentos

Renovamos nossos agradecimentos aos nossos acionistas, clientes, colaboradores, fornecedores e prestadores de serviço.

Vitória, 11 de março de 2015.

DIRETORIA EXECUTIVA
Clovis Lascosque
Companhia Docas do Espírito Santo
Diretor Presidente

Aprovado na 1557ª reunião ordinária da Diretoria Executiva – DIREXE, em 25 de fevereiro de 2015. Aprovado na 433ª reunião extraordinária do Conselho de Administração – CONSAD, em 27 de março de 2015.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO
 (Em reais)

Ativo	Nota	2014	2013	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2014	2013
Circulante				Circulante			
Caixas	4	0	2.150	Fornecedores	10	2.233.441	3.691.455
Bancos conta movimento	4	49.227	1.033.627	Obrigações sociais e assistenciais	11	4.679.224	4.536.286
Aplicações financeiras	4	57.212.788	38.488.733	Obrigações fiscais e trabalhistas	12	6.950.997	6.946.087
Bancos - SIAFI/Convênio SEP	4	18.395.127	44.036.765	Empréstimos e financiamentos	13	1.550.500	1.550.500
Clientes	5.1	4.774.253	4.177.634	PSP - adiantamentos de clientes	14	1.305.127	1.657.634
(-) Prov. p/perdas recebimento crédito	5.1	-762.068	-570.620	Credores por depósitos caucionados	14	17.325	61.607
Devedores diversos	5.2	9.714	254.252	Depósitos contribuições e consignações a recolher	15	1.572.000	1.156.092
Adiantamentos a funcionários	5.3	1.671.871	1.553.728	Impostos s/ serviços	16	1.829.554	1.575.916
Impostos a compensar/recuperar	6	4.507.535	2.247.503	Créditos de arrendamentos e cessão de uso de áreas	17	5.418.182	6.072.727
Almoxarifado		177.075	45.317	Provisões para contingências	18	5.490.451	5.500.000
Valores a apropriar		2.000	2.096	Adiantamentos para futuro aumento de capital (Reclassificação 2013)	19	15.816.082	51.069.768
Despesas antecipadas	7	586.741	15.615	Dividendos	20	3.833.025	-
Total do Ativo Circulante		86.624.263	91.286.800	Outras obrigações	21	935.769	360.362
Não Circulante				Total do Passivo Circulante		51.631.677	84.178.434
Realizável a longo prazo				Não circulante			
Depósitos para recursos judiciais	8	33.879.796	34.333.897	Obrigações fiscais e trabalhistas	12	17.305.437	19.527.960
Usuários c/ liminar		142.880	142.880	Empréstimos e financiamentos	13	940.268	1.691.313
Devedores por taxas portuárias		-	393.558	Créditos de arrendamentos e cessão de uso de áreas	17	34.000.001	36.654.546
Clientes longo prazo	5.1	628.583	637.293	Provisões para contingências	18	25.580.448	32.221.802
Outros valores a receber	6	4.255.374	3.978.920	Outras obrigações	21	6.370.079	5.144.044
Total do Realizável a Longo Prazo		38.906.633	39.486.548	Total do Passivo Não Circulante		84.196.233	95.239.665
Investimento		1.587	1.587	Patrimônio Líquido			
Imobilizado	9.1	386.123.961	353.441.951	Capital social integralizado	22.1	273.490.299	300.342.654
Intangível	9.2	6.969.950	6.959.550	Reserva legal	22.2	759.854	-
Depreciação e amortização		-97.049.255	-88.942.619	Reserva retenção de lucros	22.3	11.499.076	-
Total do Ativo Não Circulante		334.952.876	310.947.017	Lucros (Prejuízos) acumulados		-	-77.526.936
Total do Ativo		421.577.139	402.233.817	Total do Patrimônio Líquido		285.749.229	222.815.718
				Total do Passivo e Patrimônio Líquido		421.577.139	402.233.817

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS
 FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
 (Em reais)

	Nota	2014	2013
Receita operacional bruta	23	130.443.179	110.768.365
Receita da operação portuária		99.901.251	81.700.284
Outras receitas operacionais		30.541.928	29.068.081
Dedução da receita	23	(14.605.318)	(11.775.243)
Receita operacional líquida		115.837.861	98.993.122
Custos dos serviços prestados			
Custos da operação portuária	24	(51.644.325)	(46.231.851)
Lucro bruto		64.193.536	52.761.271
Despesas operacionais			
Despesas administrativas (Reclassificada 2013)	25	(49.287.966)	(42.308.140)
Despesas tributárias	25	(899.793)	(802.377)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		14.005.777	9.650.754
Receitas (Despesas) financeiras líquidas	27	826.166	(4.369.607)
Outras receitas (despesas) operacionais	26	4.139.359	3.981.401
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		18.971.302	9.262.548
Imposto de renda e contribuição social		(3.774.228)	(2.419.863)
Lucro líquido do exercício		15.197.074	6.842.685
Quantidade de ações do capital social integralizado		2.133.616.722	2.425.980.734
Lucro por ação		0,0071	0,0028

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
 (Em reais)

	2014	2013
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro (Prejuízo) Líquido	15.197.074	6.842.685
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com caixa líquido		
Aplicado/Obtido nas/das Atividades Operacionais		
Depreciação e amortização	10.262.119	8.591.084
Ajustes de exercícios anteriores	894.881	1.096.428
Prejuízo (lucro) na venda de bens do imobilizado	(2.650)	(168.450)
Varição monetária de crédito acionistas	5.503.856	5.043.240
Aumento (diminuição) das contas dos grupos do ativo e passivo		
Duplicatas a receber	(405.170)	346.784
Almoxarifado	(131.759)	(9.983)
Despesas antecipadas	(571.127)	(147.164)
Outros créditos curto e longo prazo	(4.393.362)	(5.581.915)
Fornecedores	(1.458.014)	1.902.271
Impostos a recolher	1.548.067	(1.900.258)
Salários e encargos sociais	529.165	(2.290.264)
Receitas diferidas	(2.654.546)	(3.379.619)
Aumento em provisões p/ ações judiciais	(6.650.903)	(944.747)
Outros débitos/contas a pagar - curto e longo prazo	(1.826.204)	(1.113.487)
Convênio SEP	1.296.564	2.165.708
Caixa líquido obtido/aplicado nas atividades operacionais	17.137.991	10.452.313
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(33.785.130)	(76.275.378)
Aquisição de bens do ativo intangível	(10.400)	189.552
Baixa de bens do ativo imobilizado	1.103.121	190.249
Baixa de bens do ativo diferido	-	106.072
Aquisição de investimentos permanentes	-	(1.795)
Caixa líquido obtido/aplicado nas atividades de investimentos	(32.692.409)	(75.791.300)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Amortização de empréstimos	(751.046)	(747.756)
Recursos financeiros da união para investimento do imobilizado (reclassificado 2013)	26.159.459	17.606.638
Recursos financeiros / convênio SEP (reclassificado 2013)	(517.821)	(1.626.400)
Recursos financeiros da união para aumento de capital	8.401.331	44.741.145
Caixa líquido obtido das atividades de financiamentos	33.291.923	59.973.627
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) LÍQUIDO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	17.737.505	(5.365.362)
CAIXA E CAIXA EQUIVALENTES EM 1º DE JANEIRO DE 2014	39.524.510	44.889.872
CAIXA E CAIXA EQUIVALENTES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	57.262.015	39.524.510

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 Em reais

Discriminação	Capital social	Reserva Legal	Reservas de retenção de lucros	Reservas de capital	Resultados acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 31/12/2012	240.055.160	-	-	63.121.090	(85.466.049)	217.710.201
(-) Ajuste de exercícios anteriores	-	-	-	-	1.096.428	1.096.428
Aumento de capital	60.287.494	-	-	(60.287.494)	-	-
Créditos de acionistas para futuro aumento de capital	-	-	-	48.236.172	-	48.236.172
Resultado abrangente do período	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	6.842.685	6.842.685
Saldos em 31/12/2013	300.342.654	-	-	51.069.768	(77.526.936)	273.885.486
(-) Ajuste de exercícios anteriores	-	-	-	-	894.881	894.881
Aumento de capital	50.674.581	-	-	(50.674.581)	-	-
Redução de capital	(77.526.936)	-	-	-	77.526.936	-
Créditos de acionistas para futuro aumento de capital	-	-	-	(395.187)	-	(395.187)
Resultado abrangente do período	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	15.197.074	15.197.074
Destinação do lucro líquido:						
Reserva legal	-	759.854	-	-	(759.854)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	11.499.076	-	(11.499.076)	-
Dividendo mínimo	-	-	-	-	(3.833.025)	(3.833.025)
Saldos em 31/12/2014	273.490.299	759.854	11.499.076	-	(0)	285.749.229

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

BALANÇO SOCIAL
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

1 - Base de Cálculo	2014 Valor (Mil reais)			2013 Valor (Mil reais)		
	Receita Líquida (RL)	115.837.861			98.993.122	
Resultado operacional (RO)	18.971.302			9.262.548		
Folha de pagamento bruta (FPB)	61.014.290			56.194.076		
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	3.758.645	6,16%	3,24%	3.492.505	6,22%	3,53%
Encargos sociais compulsórios	16.358.032	26,81%	14,12%	13.466.785	23,96%	13,60%
Previdência privada	2.207.415	3,62%	1,91%	2.099.849	3,74%	2,12%
Saúde	4.934.349	8,09%	4,26%	4.510.766	8,03%	4,56%
Educação	22.296	0,04%	0,02%	28.925	0,05%	0,03%
Capacitação e desenvolvimento profissional	242.136	0,40%	0,21%	229.288	0,41%	0,23%
Creches ou auxílio-creche	685.199	1,12%	0,59%	227.596	0,41%	0,23%
Outros	1.583.179	2,59%	1,37%	1.420.814	2,53%	1,44%
Total - Indicadores sociais internos	29.791.251	48,83%	25,72%	25.476.526	45,34%	25,74%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Cultura	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Saúde e saneamento	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Esporte	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Combate à fome e segurança alimentar	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros	100.000	0,53%	0,09%	0	0,00%	0,00%
Total das contribuições para a sociedade	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Tributos (excluídos encargos sociais)	4.557.473	24,02%	3,93%	4.084.314	44,09%	4,13%
Total - Indicadores sociais externos	4.657.473	24,55%	4,02%	4.084.314	44,09%	4,13%
4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	57.684	0,30%	0,05%	74.683	0,81%	0,08%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	43.096	0,23%	0,04%	50.137	0,54%	0,05%
Total dos investimentos em meio ambiente	100.780	0,53%	0,09%	124.820	1,35%	0,13%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa (*)	(x) não possui metas () cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 51 a 75% () cumpre de 76 a 100%	(x) não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 76 a 100%	(x) não possui metas () cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 51 a 75% () cumpre de 76 a 100%	() cumpre de 51 a 75% () cumpre de 76 a 100%
5 - Indicadores do Corpo Funcional	2014			2013		
Nº de empregados(as) ao final do período	340			335		
Nº de admissões durante o período	5			2		
Nº de estagiários(as)	58			45		
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	5			5		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2014 Valor (Mil reais)			Metas 2015		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	13,09			0		
Número total de acidentes de trabalho	2			0		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por (*):	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() todos(as) + Cipa	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	(X) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	() não se envolverá	(X) seguirá as normas da OIT	() incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla (**):	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	(x) são sugeridos	() são exigidos	() não serão considerados	(x) serão sugeridos	() serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	(x) não se envolve	() apóia	() organiza e incentiva	(x) não se envolverá	() apoiará	() organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 17	no Procon -	na Justiça -	na empresa -	no Procon -	na Justiça -
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 100%	no Procon -	na Justiça -	na empresa -	no Procon -	na Justiça -
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2014: 113.384.995			Em 2013: 92.557.933		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	17,0 % governo; 62,2 % colaboradores(as); 3,4 % acionistas; 7,0 % terceiros; 10,8 % retido;			16,2% governo; 67,6 % colaboradores; 0,0 % acionistas; 8,8 % terceiros; 0% retido		
7 - Outras Informações	(*) Metas para minimizar resíduos: projeto em andamento.					
(*) Os padrões de Segurança e salubridade no ambiente de trabalho utilizados na CODESA estão de acordo com a Lei 4.860/65 e a Portaria 25/82 da DTM.						
(**) Previdência Privada: os funcionários admitidos a partir de 2009 ainda não estão contemplados.						

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Em reais

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Vinculada à Secretaria de Portos da Presidência da República - SEP, a Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA é uma sociedade de Economia Mista Federal, dotada de personalidade jurídica de direito privado e regida por legislação que trata do regime jurídico da exploração dos portos organizados e das instalações portuárias. Tem por objeto social, em harmonia com os planos, programas e orientações da SEP, exercer as funções de Autoridade Portuária, administrar e explorar comercialmente os portos organizados de Vitória, Praia Mole e Barra do Riacho e demais instalações portuárias localizadas no Estado do Espírito Santo, que lhe forem incorporadas.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da CODESA foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 e suas respectivas alterações, e Pronunciamentos Contábeis - CPC, exceto pelo disposto na Nota Explicativa 28.

As provisões passivas contingentes cíveis estão em conformidade ao Pronunciamento Técnico CPC 25, conforme mencionado na Nota Explicativa nr. 18. A companhia faz anualmente estudos detalhados do dimensionamento do passivo judicial em trâmite na Justiça do Trabalho e Comum Estadual, com base no relatório elaborado pela Coordenação Jurídica da CODESA, sendo as contingências classificadas entre (i) prováveis - para as quais são constituídas provisões, (ii) possíveis - apenas divulgadas e não provisionadas e (iii) remotas - não requerem provisão e nem divulgação.

A CODESA é patrocinadora do Plano de Benefícios PORTUS 1 - PBP1, conforme mencionado na Nota Explicativa nr. 28. O acordo firmado entre a CODESA e o PORTUS, para pagamento da participação correspondente ao tempo de serviço prestado pelos empregados quando da adesão da CODESA ao plano de pensão, vem sendo pago regularmente. Considerando os fatos e eventos em controvérsia entre as partes, a dívida com o plano a respeito das contribuições normais, extraordinárias e do déficit apontado pela Carta Circular Interv - Coratu - M 008/2015, de 05 de março de 2015, no montante de R\$139.546.252,94 em 31/12/2014, não foi reconhecida conforme estabelece o Pronunciamento técnico CPC 33 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS -, tendo em vista que a Companhia contesta a dívida.

2.1 Aprovação das demonstrações contábeis

A emissão das demonstrações contábeis, após aprovadas em DIREXE, foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 10 de março de 2015.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram adotadas uniformemente em todos os exercícios apresentados, exceto quando indicado.

3.1 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são preparadas e estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e, a moeda de apresentação da CODESA.

3.2 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios sendo a receita de serviços prestados reconhecida no resultado em função de sua realização.

3.2.1 Reconhecimento de receita

A receita considera o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no andamento normal das operações da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos e contribuições, devoluções e abatimentos. A CODESA reconhece a receita quando o valor da receita pode ser seguramente mensurado, sendo provável que benefícios econômicos futuros se revertirão em favor da Companhia. A CODESA reconhece em seus resultados a receita de prestação de serviços tomando como base os serviços realizados até a data do balanço.

3.3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A elaboração das demonstrações contábeis é realizada em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil que requerem por parte da Administração da Companhia o uso do julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando aplicável. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para demandas trabalhistas e cíveis, ativos e passivos relacionados a benefícios a empregados e outras provisões. Os valores efetivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

3.3.1 Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e são avaliadas periodicamente.

3.3.2 Provisões para contingências

As provisões para contingências, relacionadas a processos judiciais, trabalhistas e cíveis, são reconhecidas quando a CODESA tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados, e quando considerado provável o risco de perda de uma ação judicial, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, conforme a Nota Explicativa 18. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos possíveis desembolsos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, com base no parecer dos consultores jurídicos da Companhia.

3.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional em espécie, depósitos bancários e investimentos de curto prazo por aplicações no mercado aberto, com vencimento igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor, que são utilizados pela Companhia para gestão financeira e liquidação de seus compromissos de curto prazo (Nota 04).

3.5 Almoxarifado

Compreende, basicamente, materiais de consumo avaliados ao custo médio de aquisição (média ponderada móvel), não excedente ao valor de mercado.

3.6 Provisão de férias

A provisão das férias e seus respectivos encargos estão calculados em função dos direitos adquiridos até a data do balanço.

3.7 Despesas antecipadas

Inclui a aplicação de recursos cujos pagamentos ocorrem antecipadamente em relação aos benefícios que ocorrerão em períodos futuros. A parcela das despesas é reconhecida no resultado de acordo com o princípio da competência (Nota 7).

3.8 Seguros

A Companhia possui seguros destinados à cobertura de seus bens de valores relevantes. A Administração da Companhia considera que o montante contratado nas apólices de seguros em vigor é suficiente para cobrir eventuais sinistros, tendo em vista a natureza das suas operações e a orientação de seus consultores de seguros (Nota 7).

3.9 Ativos não circulantes

3.9.1 Depósitos judiciais

A Companhia tem recursos financeiros bloqueados, mantidos na Caixa Econômica Federal e no Banco do Brasil, em razão de determinação da Justiça do Trabalho, objetivando resguardar futuras decisões das demandas em curso (Nota 8).

3.9.2 Investimentos, Imobilizado e Intangível

Os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, atualizado monetariamente até 31 de dezembro de 1995, retificados por provisões para perdas julgadas pela administração e quando aplicável, de acordo com as normas vigentes (Nota 9). O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, atualizado monetariamente até 31 de dezembro de 1995, deduzido da respectiva depreciação. A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos bens (Nota 9). A companhia possui registrados direitos de uso de software, rede de telecomunicações e dados e estudos e projetos, pelo custo de aquisição, deduzido dos valores amortizáveis, calculados pelo método linear ao longo de suas vidas úteis (Nota 9).

3.10 Obrigações

As obrigações são demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis, incluídos os encargos e as variações monetárias incorridas e deduzidos das correspondentes despesas, quando aplicável.

3.11 Empréstimos

O valor contábil dos empréstimos contempla os encargos financeiros e as variações monetárias incorridas e estão apropriados no resultado do exercício até a data do balanço, conforme demonstrado na Nota 13.

3.12 Imposto de renda e contribuição social

Os tributos incidentes sobre o lucro compreendem o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido corrente. Esses tributos são reconhecidos na demonstração do resultado. O encargo corrente é calculado com base na legislação tributária sendo o imposto de renda calculado à alíquota-base de 15%, acrescida do adicional de 10%, e a contribuição social calculada a alíquota de 9%. A administração da Companhia avalia, periodicamente, as questões registradas nas declarações de imposto de renda e registra provisões, com base nos valores que deverão ser pagos aos entes fiscais.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Contas	2014	2013
Caixa	-	2.150
Banco conta movimento	49.227	1.033.627
Aplicações financeiras	57.212.788	38.488.733
Subtotal	57.262.015	39.524.510
Contas SIAFI/Convênio SEP	18.395.127	44.036.765
Subtotal	18.395.127	44.036.765
Total	75.657.143	83.561.275

A conta "SIAFI" registra valores recebidos da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), por meio do Sistema Integrado de Administração Financeira, disponíveis para custear os investimentos da Companhia. Referem-se aos recursos aportados pela União Federal para aplicação em investimentos no ativo imobilizado, acrescido de atualização monetária. Posteriormente, por meio de decreto, é autorizado o aumento do capital social da Companhia, com a emissão de novas ações da União. A conta "Convênio SEP" registra valores recebidos por meio de convênios firmados entre a Secretaria de Portos - SEP e a Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA. Os convênios têm como objetivo o repasse de recursos para execução do gerenciamento ambiental integrado da obra de dragagem de aprofundamento e derrocagem no Porto de Vitória e recursos para serviços técnicos de apoio à fiscalização das obras.

Os valores aplicados decorrentes dos convênios são transformados em aumento de capital. Na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, as contas "SIAFI" e "Convênio SEP" foram excluídas do total do disponível, e consideradas como atividades de investimento por estarem vinculadas a formação de ativos destinados ao imobilizado.

5. Contas a receber

Contas	2014	2013
Contas a receber de clientes	4.774.253	4.177.634
Provisão p/Crédito de Liquid. Duvidosa	-762.069	-570.620
Contas a receber cliente líquido	4.012.184	3.607.014
Devedores diversos	9.714	254.252
Adiantamento a funcionários	1.671.871	1.553.728
Total	5.693.769	5.414.994

5.1 Contas a receber de clientes - circulantes

Os valores de contas a receber são provenientes da prestação de serviços pela Companhia. A provisão para crédito de liquidação duvidosa - PCLD, que representa a incerteza no recebimento de créditos, foi mensurada e reconhecida a partir da experiência da Companhia e no histórico das perdas efetivas. A constituição e a reversão da provisão para créditos de liquidação duvidosa de contas a receber de clientes inadimplentes são reconhecidas como despesas de vendas no resultado do exercício. Os valores a receber vencidos a mais de 01 ano foram transferidos para a conta Clientes longo prazo.

5.2 Devedores diversos

Representa direitos de créditos de clientes sustentados por acordos negociados com a CODESA.

5.3 Adiantamentos a funcionários

Contas	2014	2013
Adiantamentos salários/13º Salários	40.707	17.689
Férias	857.387	652.544
Emprést. de férias-OF-346-09/05/85	590.695	633.796
Salário maternidade	34.748	2.245
Assistência médica/odontológica	137.865	243.144
Diárias de viagem	10.122	3.634
Outros adiantamentos a empregados	346	676
Total	1.671.871	1.553.728

O saldo das contas refere-se a adiantamentos legais concedidos a empregados e geram direito de crédito a ser descontado em folha de pagamento salarial em períodos subsequentes. O Adiantamento de Férias é descontado no mês subsequente e o empréstimo de férias em 10 parcelas. A Assistência Médica é descontada mensalmente, sendo que parte dos valores está classificada no ativo não circulante.

5.3.1 Assistência médica e odontológica

A companhia oferece benefício participativo de assistência médica e odontológica para os seus colaboradores, que são estendidos também aos colaboradores aposentados. Este benefício gerou créditos no montante de R\$5.787.897 até dezembro de 2014 e este valor deveria ter sido registrado como um crédito a ser recebido pela companhia. Entretanto, foi registrado como despesa quando incorridos, impactando o patrimônio líquido da companhia sendo que em 2014 a CODESA recuperou R\$497.460 por meio de pagamentos efetuados por beneficiários.

A administração da CODESA vem adotando procedimentos visando à recuperação do montante citado e estudando mudanças no modelo de gestão com o objetivo de reduzir custos e aumentar o nível de serviços, assim como melhorar a eficiência nos gastos com assistência médica e odontológica.

6. Impostos e contribuições a compensar e a recuperar

Contas	2014	2013
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	1.677.826	1.230.009
Contribuição social s/ lucro líquido - CSLL	255.979	162.666
COFINS Lei 9.430/1996 e a recuperar	562.797	274.487
PIS/PASEP	121.965	59.494
IRRF S/ aplic. Financeiras	1.714.008	498.055
Outros impostos a recuperar	174.961	22.792
Total - Ativo circulante	4.507.535	2.247.503
Processo Refis - SRF	3.897.609	3.644.011
Total - Ativo não circulante	3.897.609	3.644.011

Os impostos e contribuições a compensar e a recuperar referem-se créditos retidos na fonte e a saldos remanescentes de períodos anteriores ao de 2014, a serem utilizados pela CODESA como compensação e/ou recuperação no pagamento dos impostos. O valor no longo prazo relativo ao "Processo Refis-SRF" refere-se a pagamento já efetuado ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e não considerado no momento da adesão da CODESA ao novo Refis. Este valor é atualizado monetariamente e aguarda homologação da Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) para amortizar a dívida atual do Refis.

7. Despesas antecipadas

Contas	2014	2013
Seguros de bens imóveis	277.250	-
Assinatura de jornais e revistas	6.145	3.518
Licença de software	303.346	12.097
Total	586.741	15.615

7.1 Seguros de bens móveis e imóveis

A CODESA contratou seguro com a empresa Marítima Seguros cuja vigência das apólices compreende o período de 26/12/2014 a 26/12/2015:

Apólice	Prêmio	Objeto segurado	Cobertura
40.223928	234.159,46	Armazéns (prédio + conteúdo)	32.947.814,77
40.224113	4.571,47	Armazéns s/ depósito de inflamáveis	1.288.988,52
40.039118	22.308,97	Moeqas e Balanças	1.322.892,98

7.2 Assinatura de jornais e revistas

A CODESA assina, anualmente, jornais e periódicos para orientação dos colaboradores das áreas de operação e da administração com a finalidade de mantê-los atualizados em suas tarefas.

7.3 Licença e direito de uso de software

A Companhia realizou novas aquisições de softwares e direitos de uso, para modernização do seu parque tecnológico.

8. Depósitos judiciais trabalhistas e cíveis

Representam ativos da Companhia relativos a valores depositados e mantidos em juízo, por determinação da Justiça do Trabalho, objetivando resguardar futuras decisões das demandas em curso. Partes desses valores são liberadas para os reclamantes em processos trabalhistas e outra parte permanece depositada em conta judicial. A baixa dos valores liberados aos reclamantes e em favor da CODESA é realizada mediante a emissão de alvarás pela justiça. Durante o exercício de 2014, foi bloqueado na conta da Companhia o montante de R\$ 3.340.932,91 e foi liberado aos reclamantes o montante de R\$ 6.984.371,46. Os depósitos recursais efetuados pela CODESA foram de R\$ 444.969,94 e os depósitos trabalhistas foram de R\$ 3.159.666,23. As baixas de valores em favor da CODESA foram de R\$ 2.236.032,95. Os saldos constantes na conta "Direitos Realizáveis a Longo Prazo", apurados com base nos lançamentos relativos a processos trabalhistas e cíveis, estão demonstrados a seguir:

Contas	2014	2013
Depósitos judiciais trabalhistas	18.341.621	19.226.923
Depósitos recursais	2.449.674	2.017.900
Depósitos judiciais – Outros	3.548.857	3.549.429
Repasse Justiça - Banco do Brasil	9.454.567	9.454.567
Outros	85.078	85.078
Total	33.879.796	34.333.897

9. Imobilizado e intangível

9.1 Imobilizado

Imobilizado líquido	Taxa depreciação	2014	2013
Terrenos	-	11.056.669	11.056.669
Obras complementares	4% a 5%	3.071.628	3.377.342
Obras civis	4% a 20%	193.109.468	201.726.967
Instalações	10%	3.688.345	3.664.823
Máquinas e equipamentos	5% 25%	2.172.347	1.607.015
Móveis e utensílios	10%	606.870	635.641
Equip. de proc. eletrônico de dados	20%	679.971	580.410
Imobilizado em curso	-	81.181.426	48.273.004
Total	-	295.566.723	270.921.871

Os itens do imobilizado, mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, em 2014 é de R\$386.123.961, sendo sua depreciação acumulada no valor de 90.557.238. Em 2013 o imobilizado era de R\$ 353.440.452 e a respectiva depreciação acumulada de R\$82.520.080.

O cálculo do teste de recuperabilidade, conforme determina o Pronunciamento Técnico CPC 01, não apontou probabilidades de não recuperação dos ativos da CODESA. À data de conclusão da Auditoria, a Companhia vinha realizando teste de recuperação dos bens patrimoniais conforme determina o Pronunciamento Técnico CPC 01. No tocante a análise da vida útil econômica dos bens que compõe o ativo imobilizado da CODESA, conforme determina o Pronunciamento Técnico CPC 27, apenas a conta "Cais", no exercício de 2014 registrou despesa de depreciação decorrente da vida útil econômica estimada pelo prazo de 40 anos, ante ao controle do imobilizado que apresenta despesa de depreciação com base nas taxas fiscais. Parte das obras que compõem os "Cais" que entraram em operação em setembro de 2013 continua registradas em obras em andamento, isto é no controle do ativo imobilizado.

9.2 Intangível

Intangível líquido	Taxa depreciação	2014	2013
Software	20%	299.813	344.048
Estudos e projetos	20%	46.909	40.918
Rede telefônica e com. dados	10%	73.260	71.107
Outros	10%	57.951	80.938
Total	-	477.933	537.011

O intangível em 2014 é composto por R\$6.969.950 e sua amortização acumulada de R\$6.492.016. Em 2013 o intangível era no valor de R\$6.957.112 e sua respectiva amortização acumulada de R\$6.420.101.

10. Fornecedores de bens e serviços

Contas	2014	2013
Bens e serviços	2.233.441	3.169.537
Alimentação	-	521.918
Total	2.233.441	3.691.455

O fornecimento dos bens e serviços é evidenciado pela emissão da nota fiscal (competência) sendo feitas as retenções legais para o cumprimento da Lei nº 9.430/96, regulamentada pela Instrução Normativa da SRFB IN nº 1.234/12, e legislação supletiva no que tange ao INSS e ISS. O fornecimento de Vale Alimentação é pago pela empresa sendo que parte do valor é descontado dos funcionários folha de pagamento.

11. Obrigações sociais e assistenciais

As obrigações sociais e assistenciais referem-se à provisionamentos de férias, encargos sociais e a outras obrigações assistenciais decorrentes de benefícios a empregados, registrados por competência, para realização nos meses subsequentes ao do fato gerador.

Contas	2014	2013
Folhas a pagar	5.030	26.360
Provisão para férias e encargos	4.575.421	4.024.927
Assistência médica/odontológica - P. Física	90.095	50.186
Assistência médica/odontológica - P. Jurídica	8.678	434.813
Total	4.679.224	4.536.286

12. Obrigações fiscais e trabalhistas

Obrigações	2014		2013	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
FGTS	333.792	-	311.152	-
INSS	1.040.561	-	948.318	-
REFIS	3.188.872	5.966.223	3.187.970	7.120.802
PORTUS/RTSA	1.070.500	11.220.507	1.070.500	11.287.834
PASEP	193.105	-	172.407	-
COFINS	889.565	-	794.226	-
IRPJ	110.863	-	277.758	-
CSLL	71.357	-	131.376	-
FUNDAF	52.380	88.873	52.380	1.119.324
OUTRAS	0	29.834	0	0
Totais	6.950.997	17.305.437	6.946.087	19.527.960

As obrigações fiscais e trabalhistas da CODESA são provisionadas com base no regime de competência e quitadas no mês seguinte ao do fato gerador. As obrigações relativas ao REFIS - Programa de Recuperação Fiscal, PORTUS - Instituto de Seguridade Social e FUNDAF - Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização, contraídas em exercícios anteriores e reconhecidas em períodos subsequentes, apresentam saldo de curto e longo prazo, sendo todos os compromissos regularmente cumpridos.

A dívida relativa aos REFIS junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, parcelada em 90 meses e corrigidas pela Selic vem sendo paga regularmente pela Companhia e, conforme citado na nota 06, a CODESA aguarda a homologação pela RFB para aproveitamento do crédito e redução do seu saldo devedor. As obrigações relacionadas ao PORTUS, relativas à RTSA - Reserva de Tempo de Serviço Anterior, são corrigidas pela INPC-IBGE e pagas mensalmente, conforme contrato em vigor.

A dívida relativa ao FUNDAF termina em janeiro de 2015 e o saldo remanescente em 31/12/2014 é de R\$ 88.873,15. A CODESA adotou procedimento baseado em parecer jurídico, no qual efetuou a baixa das parcelas vencidas há mais de cinco anos, baseado nos artigos 173 e 174 do Código Tributário Nacional.

13. Empréstimos e financiamentos

Refere-se ao Contrato Particular de Cessão de Crédito nº 98.2.288.8.1, celebrado entre a CODESA e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em 23/06/1998, renegociado por meio do Aditivo nº 01 de 12/05/2006, com amortização do saldo devedor em 48 parcelas trimestrais e 144 mensais a partir de junho de 2006, reajustado pela variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, observando a sistemática prevista, acrescido de juros de 3% ao ano, tendo como garantia os direitos de crédito decorrentes do Contrato de Arrendamento celebrado com o TVV - Terminal de Vila Velha S/A, para exploração dos berços 203, 204 e 205 do Cais de Capuaba. O montante consolidado relativo ao empréstimo é demonstrado como segue:

Empréstimos	2014		2013	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
BNDES	1.550.500	940.268	1.550.500	1.691.313

14. PSP - Adiantamentos de clientes/Credores depósitos caucionados

Contas	2014	2013
PSP adiantamento de clientes	1.305.127	1.657.634
Credores por depósitos caucionados	17.325	61.606
Total	1.322.452	1.719.240

Refere-se a pagamentos exigidos, a título de adiantamento dos serviços portuários (PSP), aos seus clientes, antes da prestação do serviço pela CODESA. Credores por depósitos caucionados referem-se a valores exigidos pela CODESA aos seus clientes, a título de garantia, podendo ser em dinheiro ou escritural.

15. Depósitos contribuições e consignações a recolher

Os valores consignados referem-se a retenções sobre pagamentos efetuados a funcionários e também a terceiros, cujos recolhimentos ficam a cargo da Companhia.

Contas	2014	2013
IRF - Imposto renda na fonte	665.850	569.928
Empréstimos Banestes	76.056	70.502
Empréstimos Banco do Brasil	65.036	55.205
Lei 9430/96-IRPJ-CSLL-COFINS-PIS-PASEP	480.933	165.587
INSS Retenção serv. prestados terceiros	284.125	291.981
Outros	0	2.888
Total	1.572.000	1.156.092

16. Imposto sobre serviços/repasse

A CODESA faz o recolhimento dos valores relativos ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, relativo ao seu faturamento, e nos casos de atribuição de responsabilidade tributária, procede à sua retenção e recolhimento do ISSQN devido. A CODESA contesta judicialmente junto à Prefeitura Municipal de Vitória a cobrança sobre faturamentos da Tabela I por entender não haver prestação de serviço nessa tabela, e consequentemente a não incidência do ISSQN.

CONTA	2014	2013
ISS - PORTO VITORIA - TAB.I	1.194.800	1.194.800
ISS - PORTO DE VILA VELHA	98.002	68.899
ISS - VITORIA - II	81.748	100.147
ISSQN VITÓRIA - LEI 6075/03	8.377	7.300
ISSQN VILA VELHA - LEI 4127/03	444.446	203.303
ISSQN ARACRUZ	2.181	1.467
Total	1.829.553	1.575.916

17. Créditos de arrendamentos e cessão de uso de áreas

Arrendamentos	2014		2013	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Contratos				
PETROBRAS	4.000.000	34.000.001	4.000.000	36.000.001
TECHNIP	1.418.182	0	2.072.727	654.545
Totais	5.418.182	34.000.001	6.072.727	36.654.546

Valores recebidos antecipadamente referentes a contratos de arrendamentos operacionais e que são reconhecidos linearmente durante a vigência do contrato. O contrato de cessão de direito de uso firmado com a PETROBRAS, relativo à área no Porto de Barra do Riacho, pertencente à CODESA, abrange o período de 02/10/2008 a 30/09/2033 e visa atender ao PLANGÁS - Plano de Antecipação da Produção Nacional de Gás Natural, instituído pelo Governo Federal, para escoamento de gás liquefeito de petróleo e gasolina natural, conforme contrato constante do processo administrativo de nº 3453/2007.

18. Provisões para contingências

As ações trabalhistas e cíveis da CODESA, discutidas nas esferas administrativa e judicial, são amparadas por depósitos judiciais quando aplicável. As provisões para perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparadas por relatórios técnicos da assessoria jurídica interna da companhia e de seus consultores jurídicos contratados, que fazem o acompanhamento periódico dos processos. Em 2014 a CODESA baixou o montante de R\$ 6.656.329 relativo a ações judiciais trabalhistas e não foram feitos novos provisionamentos por entender que o valor atual é suficiente para atender o que preconiza o CPC 25 que trata da provisão para contingências.

Provisões para contingências	2014		2013	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Provisão p/ contingências trabalhistas	2.990.451	24.473.207	3.000.000	31.114.561
Provisão p/ contingências cíveis	2.500.000	1.107.241	2.500.000	1.107.241
Totais	5.490.451	25.580.448	5.500.000	32.221.802

19. Adiantamentos para futuro aumento de capital

Em 2014 o AFAC - Adiantamento para futuro aumento de capital de R\$15.816.082, anteriormente registrado no patrimônio líquido na conta de Reservas de Capital, foi transferido para o passivo circulante mediante recomendação da Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

Acionistas	2014	2013
AFAC Governo Federal	15.355.680	50.397.736
AFAC Governo Estadual	460.402	672.032
Total	15.816.082	51.069.768

20. Cálculo do dividendo mínimo obrigatório

Conforme o estatuto social da CODESA é assegurado aos acionistas dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal de 5%, nos termos do art. 202 da Lei das Sociedades por Ações. A proposta de distribuir dividendos no valor de R\$ 3.833.025 está sendo encaminhada pela administração da CODESA para aprovação na assembleia geral ordinária a ser realizada em 17/04/2015.

Cálculo do dividendo mínimo obrigatório	
Lucro Líquido	15.197.074
(-) Reserva legal	759.854
Lucro Líquido após reserva	14.437.220
(+/-) Ajustes exercícios anteriores	894.881
(=) Lucro Líquido Ajustado	15.332.101
Dividendos de 25%	3.833.025
Reserva de retenção de lucros	11.499.076

21. Outras obrigações

O valor da conta "Credores Diversos", classificada no passivo não circulante, refere-se a fornecedores de bens e serviços que não comprovaram certidões negativas e outros documentos hábeis, exigidos na prestação de serviços a empresas de economia mista ou que estão sendo questionados judicialmente. Também é classificado no passivo não circulante o diferimento de uma receita relativa à negociação entre CODESA e Buaz S/A referente ao Contrato nº. 036/98, envolvendo uma Moega, que vem sendo amortizada mensalmente com emissão de faturas para o parcelamento do devido contrato.

Em Outras obrigações no longo prazo está registrado recursos recebidos por meio de convênios com a SEP destinados a (i) gerenciamento ambiental da obra de dragagem de aprofundamento e derrocagem no Porto de Vitória e (ii) recursos destinados aos gastos com fiscalização das obras de dragagem e aprofundamento por acessos aquaviários ao Porto de Vitória. Tem como contrapartida uma conta de aplicação financeira no Banco do Brasil, sendo que os rendimentos do saldo aplicado não utilizados deverão ser capitalizados em futuro aumento de capital, desde que devidamente utilizados conforme o objeto do contrato. Entretanto o convênio prevê a restituição dos valores caso o projeto não seja executado ou se houver utilização de recursos em desacordo com o estabelecido no convênio.

Contas	2014	2013
ATIVO CIRCULANTE		
BANCO DO BRASIL S/A-CONVENIO SEP/PR	2.611.873	3.125.165
BANCO DO BRASIL CONVENIO 801712/2014	1.031.113	0
TOTAL	3.642.986	3.125.165
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
CONVENIO SEP/PR 719253/2009	2.611.873	3.125.165
CONVENIO SEP 801712/2014	1.031.113	0
CONVENIO SEP-RECURSOS P/ AUMENTO CAPITAL	2.326.957	1.548.214
Total	5.969.943	4.673.378

22. Patrimônio líquido

O Patrimônio Líquido da CODESA, no valor de R\$ 285.749.229 é composto pelo Capital Social de R\$ 273.490.299 Reserva legal no valor de R\$ 759.854 e Reserva de retenção de lucros no valor de R\$11.499.076.

22.1 Capital social

O Capital Social da CODESA passou de R\$300.342.654 para R\$ 273.490.299 com a capitalização de R\$50.674.581 de reservas de capital e, ato contínuo, redução de R\$77.526.936 relativo ao prejuízo acumulado da companhia.

As ações ordinárias tiveram um ingresso de 551.736.466 e uma redução de 844.100.478, passando de 2.425.980.734 quantidade de ações para 2.133.616.722.

Acionistas	R\$	% Participação	Quant. Ações
Governo União	271.996.171	99,453682%	2.121.960.382
Governo do Estado do Espírito Santo	1.494.122	0,546316%	11.656.296
RIOINVEST Cons. Emp. Part. Ltda	5,6	0,000002%	44
Total	273.490.299	100,00%	2.133.616.722

22.2 Reserva legal

No valor de R\$ 759.854 e constituída à base de 5% do lucro líquido do exercício social, antes de qualquer destinação, limitada a 20% do capital social, conforme estabelece o art. 193 da Lei das Sociedades por Ação.

22.3 Reserva de retenção de lucros

O Estatuto Social da CODESA prevê que do lucro líquido do exercício depois de compensar possíveis prejuízos acumulados e ajustes de exercícios anteriores, assim como constituição da reserva legal e cálculo dos dividendos, seja constituída Reserva de Retenção de Lucros, considerando o orçamento de capital previamente aprovado pela companhia.

A constituição da Reserva de Retenção Lucros no valor de R\$11.499.076 será proposta pelos órgãos da Administração à assembleia a fim de deliberar sobre a retenção da parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovado.

22.4 Ajustes de exercícios anteriores

O saldo em 31/12/2014 no valor de R\$894.881 é composto por: i) acordo extrajudicial entre CODESA e SINDFER no valor de R\$ 214.942 que resultou na incorporação de uma balança ao imobilizado da CODESA; ii) ajustes referentes ao imobilizado da companhia, totalizando R\$ 1.110.105 composto por depreciações a maior no período de junho de 2012 a dezembro de 2013, e baixas de bens que continuaram a ser depreciados, decorrentes de readequação na sistemática que gera o cálculo das depreciações mensais a partir da implantação do novo sistema ERP em junho de 2012; iii) ajuste

no saldo de prejuízo acumulado, remanescente da redução de capital social em 2014 uma vez que os valores da DTA e da Fundação Espírito Santense de Tecnologia – FEST, indevidamente classificados com despesas em anos anteriores, eram referentes a investimentos em ativo imobilizado, o que suscitou o ajuste já após a absorção de prejuízo acumulado.

Ajustes exercícios anteriores	
Saldo em 31/12/2013	1.096.428
Acordo extrajudicial entre CODESA e SINDFER	-214.942
Ajuste ativo imobilizado	1.110.105
Ajuste DTA / FEST	-1.096.710
Saldo em 31/12/2014	894.881

23 Receita operacional líquida

A receita operacional líquida é formada por receitas tarifárias e por receitas patrimoniais decorrentes de arrendamento de áreas no porto organizado sob jurisdição da CODESA, deduzida dos impostos incidentes sobre a prestação de serviços.

Contas	2014	2013
Receitas tarifárias		
Utilização de Infraestrutura portuária	60.041.997	51.470.041
Armazenagem	16.635.971	13.727.322
Movimentação de carga	11.684.916	8.619.162
Serviços diversos	11.538.367	7.883.947
Arrendamentos	30.541.928	29.068.081
Subtotal	130.443.179	110.768.552
Impostos incidentes sobre serviços	-14.605.318	-11.775.430
Total	115.837.861	98.993.122

24 Custos operacionais

Contas	2014	2013
Custos operacionais		
Pessoal e encargos sociais	31.113.105	28.180.003
Custos assistenciais	4.048.016	3.194.517
Serviços de terceiros	3.211.403	3.395.234
Utilidades, serviços e materiais	3.016.308	3.172.789
Seguros	263.099	316.299
Depreciação e amortização	9.992.395	7.973.010
Total	51.644.325	46.231.851

25 Despesas operacionais

Contas	2014	2013
Despesas administrativas e gerais		
Pessoal e encargos sociais	25.139.079	23.490.811
Despesas assistenciais	10.673.850	7.718.652
Serviços de terceiros	9.314.352	6.698.509
Utilidades, serviços e materiais	3.890.960	3.782.093
Tributárias	899.793	802.377
Depreciação e amortização	269.724	618.075
Total	50.187.758	43.110.517

Reclassificados 2013 os valores relativos às despesas com "Depreciação e amortização" que passaram a compor o montante registrado como "Despesas administrativas".

26 Outras Receitas e Despesas operacionais

Contas	2014	2013
Reversões operacionais	1.070.390	2.508.605
Venda de Ativo Imobilizado	2.150.000	0
Recuperação de despesas	1.174.730	1.447.251
Outras Operacionais	-255.762	25.545
Resultado financeiro líquido	4.139.359	3.981.401

27 Resultado financeiro líquido

Contas	2014	2013
Receitas financeiras	8.507.100	3.433.989
Variação monetária ativa	253.598	330.187
Despesas financeiras	-1.828.212	-2.386.672
Variação monetária passiva	-6.106.320	-5.747.112
Resultado financeiro líquido	826.165	-4.369.607

28 Plano de pensão/entidade fechada de previdência privada

A Companhia é uma das patrocinadoras do PORTUS – Instituto de Seguridade Social, Entidade Fechada de Previdência Complementar – EFPC, criada em 01/04/1979, para a suplementação de benefícios aos seus filiados, com o compromisso de contribuir mensalmente com parcelas proporcionais à paridade contributiva entre Patrocinadoras e Participantes, cuja contribuição está respaldada na Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/1998, fiscalizado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC em substituição a Secretaria de Previdência Complementar – SPC/MPS do Ministério da Previdência e Assistência Social. A PREVIC é responsável pela fiscalização e supervisão das Entidades de Previdência Complementar - EFPC e seus respectivos planos de benefícios. Com o objetivo principal propor a recuperação do PBP1, fiscalizar as ações da entidade, proteger e resguardar o direito de seus participantes e assistidos, com padrões mínimos de segurança econômico-financeira atuarial.

Em 23 de agosto de 2011 foi decretada a intervenção no PORTUS, através da Portaria nº 459, publicada no DOU de 23 de agosto de 2011 pela Diretoria Colegiada da PREVIC. A Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, do Ministério da Previdência Social (MPS), decidiu prorrogar até o dia 31 de janeiro de 2014 a intervenção no PORTUS – Instituto de Seguridade Social, de acordo com Portaria nº. 438 publicada no Diário Oficial da União (DOU), no dia 29 de agosto de 2013.

A CODESA, patrocinadora no Plano de Benefício Portus PBP1, em relação à dívida das contribuições normais, extraordinárias e do déficit no montante aproximado de R\$139.546.252,94 em 31/12/2014 optou por não registrar nas Demonstrações Contábeis os valores apresentados pelo PORTUS conforme estabelece o CPC 33, tendo em vista que a Companhia contesta a dívida.

29 Maior e menor remuneração

Na forma do item 4, alínea "c", da Exposição de Motivos nº 139 do Ministério da Fazenda, de 17/03/1988, a CODESA divulga a remuneração mensal dos seus empregados e dirigentes. Em 31 de dezembro de 2014 a maior e a menor remuneração estava composta da seguinte forma:

Descrição	Maior R\$	Menor R\$
Diretores	28.805	20.074
Empregados	19.311	1.475

30 Demonstração do resultado abrangente

A CODESA não apresentou a demonstração do resultado abrangente conforme determina o artigo 37 item 5 do Estatuto Social, tendo em vista que nos itens de receita e despesas não possuem resultados que incluem variações de reservas de reavaliações referente ao ativo permanente, ganhos e perdas, de plano de pensão, ganhos provenientes de conversão de demonstração de moeda estrangeira e ajuste de avaliação patrimonial de instrumentos financeiros.

Vitória (ES) 11 de março de 2015.

CLOVIS LASCOSQUE
 PRESIDENTE

HUGO JOSE AMBOSS MERÇON DE LIMA
 DIRETOR DE INFRAESTRUTURA E OPERAÇÕES

DANILO ROGER MARÇAL QUEIROZ
 DIRETOR DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO

RAUL MOURA DE SÁ
 DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

ETHEL BIANCHINE AREAL
 COORDENAÇÃO CONTÁBIL E FISCAL
 CONTADORA – CRC/ES – 5.618/O

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Companhia Docas do Espírito Santo – CODESA
 Vitória – ES

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado e o balanço social para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

- Conforme mencionado na Nota Explicativa nr. 8, a CODESA possui registrado o montante de R\$33.794.718, em 31 de dezembro de 2014 (R\$34.248.819 em 31/12/2013) referente a depósitos judiciais no ativo não circulante. Até a data da conclusão dos nossos trabalhos, não recebemos respostas das cartas de circularização das consultorias jurídicas, interno e externo da Companhia. Recebemos da Companhia, extrato bancário do Banco do Brasil informando que a CODESA possuía valores depositados em face de processos trabalhistas, como réu, no montante de R\$21.504.912 e valores no montante de R\$46.144 como autora, também, em processos trabalhistas.
- A Companhia apresentou controles internos demonstrando que até 31/12/2014, possui saldo a receber da ordem de R\$5.787.897 referente a pagamento de despesas médicas e odontológicas utilizadas por ex-funcionários. Ressalta-se que esse montante, por ter feito parte das despesas de períodos em que foram incorridas, anteriores ao de 2014, está registrado como resultados acumulados no patrimônio líquido, quando deveria ter sido registrado como créditos a receber no ativo. No exercício de 2014 a Companhia recuperou o montante de R\$497.460. Conforme mencionado na Nota Explicativa nr. 5.3.1, a companhia vem adotando novos procedimentos visando uma maior eficiência nos gastos com assistência médica e odontológica. Estudos objetivando mudanças no modelo de gestão com o objetivo de reduzir custos e aumentar o nível de serviços estão em fase de implementação pela administração da Companhia.
- Conforme mencionado na Nota Explicativa nr. 9, os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Durante o período de execução da Auditoria, a Companhia vinha realizando o teste de redução ao valor recuperável de ativos (*impairment test*), bem como, realizando a contagem física de seus bens. Tendo em vista a falta de conclusão desses trabalhos, não nos foi possível opinar sobre o resultado dos referidos trabalhos, quanto aos possíveis efeitos que poderiam advir de possíveis ajustes nas demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
- Conforme mencionado na Nota Explicativa nr. 9, a Companhia vinha reconhecendo desde julho de 2012, na apuração do resultado do exercício, a despesa de depreciação dos bens móveis e imóveis a valores constantes.

Em dezembro de 2014, como parte do assunto mencionado na letra "c" supra a CODESA, registrou em contrapartida do patrimônio líquido, como ajustes de exercícios anteriores, crédito no montante de R\$1.259.111 referente aos exercícios de 2012 e de 2013, e R\$743.155 como recuperação de despesas no resultado do exercício de 2014. Tendo em vista a falta de conclusão do inventário dos bens patrimoniais, não nos foi possível opinar sobre o resultado do referido trabalho quanto aos possíveis efeitos que poderiam advir de possíveis ajustes nas demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

- Conforme mencionado na Nota Explicativa nr. 18, em 31 de dezembro de 2014, a CODESA possuía saldo de contingências passivas no montante de R\$25.580.448, decorrente da movimentação de valores provisionados em exercícios anteriores ao de 2014. No exercício de 2014 nenhuma provisão foi constituída. Não nos foi apresentado pelos consultores jurídicos interno e externo da Companhia, relatório com justificativa para o não reconhecimento de tais contingências.
- Conforme mencionado na Nota Explicativa nr. 28, a CODESA é uma das patrocinadoras do PORTUS – Instituto de Seguridade Social, Entidade Fechada de Previdência Complementar – EFPC, criada em 01/04/1979, para a suplementação de benefícios aos seus filiados, com o compromisso de contribuir mensalmente com parcelas proporcionais à paridade contributiva entre Patrocinadoras e Participantes. Tal contribuição está respaldada na Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/1998, fiscalizado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC em substituição a Secretaria de Previdência Complementar – SPC/MPS do Ministério da Previdência e Assistência Social.

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, do Ministério da Previdência Social (MPS), decidiu prorrogar até o dia 31 de janeiro de 2014 a intervenção no PORTUS – Instituto de Seguridade Social, de acordo com Portaria nº. 438 publicada no Diário Oficial da União (DOU), no dia 29 de agosto de 2013.

A Administração da CODESA contesta a dívida apresentada pelo PORTUS, no montante de R\$139.546.252,94, em 31/12/2014, referente à dívida das contribuições normais, extraordinárias e do déficit acumulado. Dessa forma, nenhum registro foi reconhecido nas demonstrações contábeis da Companhia no exercício de 2014.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos no parágrafo "base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA em 31 de dezembro de 2014 e o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações contábeis de exercícios anteriores

O exame das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi conduzido sob a nossa responsabilidade, que emitimos relatório de auditoria datado de 14 de março de 2014, contendo ressalvas sobre: (i) registros de impostos e contribuições a compensar e a recuperar; (ii) divergência entre o saldo contábil e o extrato do Banco do Brasil dos depósitos judiciais; (iii) o não reconhecimento no ativo das despesas médicas e odontológicas utilizadas por ex-funcionários; (iv) a não realização do teste de identificação de perdas de redução ao valor recuperável de ativos (*impairment test*) e reconhecimento, pela Companhia, desde julho de 2012, de cotas de depreciação dos bens móveis e imóveis a valores constantes; e (v) sobre o não reconhecimento pela CODESA nas suas demonstrações contábeis de valor apresentado pelo PORTUS, tendo em vista que a Companhia contesta tal dívida.

Vitória - ES, 10 de março de 2015.

HM & Z CONSULTING – AUDITORES E CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA
 CRC-ES nº. 002591/O

Lafaiete Jorge Siqueira Ferreira
 Contador CRC-ES nº. 11.213/O

Cristiana de Alencar Silva
 Contadora CRC-ES nº. 16988/O

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO - CODESA, no cumprimento de suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Financeiras da Companhia e suas respectivas Notas Explicativas, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, de emissão da empresa HMZ Consulting – Auditores e Consultores Associados, de 10 de março de 2015, é de opinião que os referidos documentos refletem a situação patrimonial e econômico-financeira da CODESA, em 31 de dezembro de 2014, com as ressalvas constantes no título **“Base para opinião com ressalva das demonstrações financeiras”** do Relatório dos Auditores Independentes, os quais estão em condições de serem submetidos à apreciação da Assembleia Geral de Acionistas.

Tomou ainda conhecimento das seguintes proposições encaminhadas pela Diretoria Executiva da CODESA, por meio da CA/DIRPRE/CL/99/2015, de 11 de março de 2015: 1 - Destinação do resultado do exercício 2014 no montante de R\$ 15.197.074,00 (quinze milhões cento e noventa e sete mil e setenta e quatro reais), conforme a seguir: **1.1** - Provisão Participação nos Lucros – PLR de R\$ 949.817,13 (novecentos e quarenta e nove mil oitocentos e dezessete reais e treze centavos); **1.2** – Reserva Legal de R\$ 712.362,84 (setecentos e doze mil trezentos e sessenta e dois reais e oitenta e quatro centavos); **1.3** – Ajustes Exercícios Anteriores de R\$ 894.881,15 (oitocentos e noventa e quatro mil oitocentos e oitenta e um reais e quinze centavos); **1.4** – Dividendos de 25% de R\$ 3.607.443,80 (três milhões, seiscentos e sete mil, quatrocentos e quarenta e três reais e oitenta centavos); **1.5** – Reserva de Retenção de Lucros de R\$ 10.822.331,39 (dez milhões, oitocentos e vinte e dois mil, trezentos e trinta e um reais e trinta e nove centavos).

O Conselho, por unanimidade, manifesta-se desfavoravelmente a submissão à Assembleia Geral de Acionistas da proposta contida no item de 1.1 acima mencionado, na forma apresentada pela Diretoria Executiva, uma vez que a proposta apresenta redução do lucro líquido em R\$ 949.817,13 (novecentos e quarenta e nove mil oitocentos e dezessete reais e treze centavos), para Provisão de Participação nos Lucros-PLR, cuja proposta enviada pela CODESA ao Departamento de Coordenação e Governança das Estatais – DEST/MP ainda não foi aprovada. Dessa forma, O Conselho sugere a exclusão desse item e o recálculo dos demais itens, conforme Legislação pertinente.

Vitória, 11 de março de 2015

WILLBER DA ROCHA SEVERO
Presidente

FLAVIA FILIPPI GIANNETTI
Conselheira

GEORGENOR CAVALCANTE PINTO
Conselheiro

PAULO MATTOS JÚNIOR
Conselheiro

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Alber Furtado de Vasconcelos Neto - Conselheiro Presidente do Conselho de Administração, representante da Secretaria de Portos da Presidência da República – SEP/PR

Clovis Lascosque – Conselheiro Diretor Presidente da CODESA

Samir Furtado Nemer – Conselheiro representante do Governo do Estado do Espírito Santo, cota dos Acionistas Minoritários

Geraldo Julião Júnior – Conselheiro representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Sergio Luiz Bonelle – Conselheiro representante do Conselho de Autoridade Portuária – CAP, dos Portos de Vitória e Barra do Riacho, pela classe empresarial

Sandy Roberts Júnior – Conselheiro representante do Conselho de Autoridade Portuária – CAP, dos Portos de Vitória e Barra do Riacho, pela classe trabalhadora

Miguel de Souza – Conselheiro representante do Ministério dos Transportes

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO – CODESA, cumprindo o disposto no inciso V, art. 142 da Lei nº. 6.404/76, tendo examinado o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, e com base no Parecer dos Auditores Independentes, resolve: aprovar o Relatório da Administração relativo ao exercício de 2014. Considerando o fato da Companhia registrar o maior lucro da sua história, aprovar as Demonstrações Contábeis, com a destinação de parte do lucro referente ao exercício de 2014 como provisionamento para implantação do Programa de Lucro e Resultados – PLR, conforme Deliberação deste Conselho nº 005/2014, de 27 de junho de 2014, cujo pagamento desta provisão está condicionado à aprovação do DEST/MPOG. *Recomendando seu encaminhamento à Assembleia Geral de Acionistas.*

Vitória, 10 de março de 2015.

ALBER FURTADO DE VASCONCELOS NETO
Presidente

SÉRGIO LUIZ BONELLE
Membro

SANDY ROBERTS JÚNIOR
Membro

CLÓVIS LASCOSQUE
Membro

SAMIR FURTADO NEMER
Membro

MIGUEL DE SOUZA
Membro

DIRETORIA EXECUTIVA

Clovis Lascosque – Diretor Presidente

Danilo Roger Marçal Queiroz – Diretor de Planejamento e Desenvolvimento

Hugo José Amboss Merçon de Lima – Diretor de Infraestrutura e Operações

Raul Moura de Sá – Diretor de Administração e Finança

CONSELHO FISCAL

Willber da Rocha Severo - Conselheiro Presidente do Conselho Fiscal, representante da Secretaria de Portos da Presidência da República – SEP/PR

Georgenor Cavalcante Pinto - Conselheiro representante do Ministério dos Transportes

Flavia Filippi Giannetti- Conselheira representante do Tesouro Nacional/MF

Paulo Mattos Júnior - Conselheiro representante do Governo do Estado do Espírito Santo, cota dos Acionistas Minoritários